

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1119 Rubrica: \_\_\_\_\_

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo nº 19.847/2024

### **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O ABRIGO RAIO DE SOL.**

Saquarema, 11 de julho de 2025.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1120 Rubrica: \_\_\_\_\_

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

(Processo Administrativo: 19.847/2024)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender o Abrigo Raio de Sol, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade
1	464374	<b>Fruta</b> Tipo: Abacaxi Pérola Apresentação: Natural	KG	100
2	463746	<b>Legume In Natura</b> Tipo: Abóbora Moranga	KG	384
3	463749	<b>Legume In Natura</b> Tipo: Abobrinha Italiana	KG	40
4	463556	<b>Achocolatado</b> Apresentação: Pó Sabor: Tradicional	PCT	310

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1121 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas  Embalagem resistente de 400g		
5	463996	<b>Açúcar</b>  Tipo: Refinado  Coloração: Branca  Pacote com 1kg	PCT	900
6	436134	<b>Adoçante</b>  Aspecto Físico: Líquido  Ingredientes: Sucralose, Acesulfame De Potássio, Benzoato De Sódio  Tipo: Dietético  Características Adicionais: Acidulante Ácido Cítrico, Citrato De Sódio  Frasco de 200ml	FRASCO	24
7	463840	<b>Verdura In Natura</b>  Tipo: Agrião em maço  Apresentação: Orgânica	MAÇO	480
8	463813	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Mandioca / Aipim  Apresentação: Orgânico	KG	160

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1122 Rubrica: \_\_\_\_\_

9	463845	<b>Verdura In Natura</b> Tipo: Alface Americana Apresentação: Orgânica	KG	480
10	463938	<b>Condimento</b> Tipo: Alho Apresentação: Natural Adicional: Cabeça	KG	72
11	474374	<b>Fruta</b> Tipo 1: Ameixa Apresentação: Desidratada / Seca Adicional: Preta	KG	81
12	467050	<b>Amido</b> Base: De Milho Grupo: Fécula Caixa contendo 500g	CX	48
13	458904	<b>Arroz Beneficiado</b> Tipo: Agulhinha/Branco Subgrupo: Polido Classe: Longo Fino Qualidade: Tipo 1 Embalagem contendo 5kg	KG	912

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1123 Rubrica: \_\_\_\_\_

14	460501	<b>Aveia Beneficiada</b>  Classe: Branca  Apresentação: Em Flocos Finos  Presença De Glúten: Contém Glúten  Contendo 500g	PCT	216
15	448998	<b>Peixe Em Conserva</b>  Variedade: Atum  Apresentação: Ralado  Meio De Cobertura: Com Salmoura Com Óleo Comestível  Peso liquido de 170g	LATA	96
16	463696	<b>Azeite</b>  Espécie Vegetal: De Oliva  Tipo: Puro  Teor Da Acidez: Extravirgem - Menor Que 0,8%  Embalagem de 500ml	GF	90
17	457989	<b>Peixe In Natura</b>  Variedade: Bacalhau (Gadus Morhua)  Tipo Corte: Lombo  Apresentação: Sem Pele, Sem Espinha	KG	480

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1124 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Estado De Conservação: Salgado(A)		
18	464449	<b>Fruta</b>  Tipo: Banana Prata / Banana Branca  Apresentação: Natural  Adicional: Orgânica	KG	360
19	463754	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Batata Inglesa	KG	720
20	463761	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Batata Doce  Apresentação: Orgânico	KG	120
21	463707	<b>Batata Processada</b>  Espécie: Inglesa  Tipo Formato: Palha  Tipo: Frita  Apresentação: Pronto Para Consumo  – Embalagem de 500g.	PCT	60
22	463766	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Berinjela  Apresentação: Orgânico	KG	120

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1125 Rubrica: \_\_\_\_\_

23	463768	<b>Legume In Natura</b> Tipo: Beterraba Apresentação: Orgânico	KG	450
24	232930	<b>Biscoito</b> Apresentação: Quadrado Sabor: Cream Cracker Características Adicionais: Sem Recheio Classificação: Salgado Aplicação: Alimentação Humana Contendo 400g	PCT	900
25	605938	<b>Biscoito</b> Sabor: Maizena Tipo: Sem Recheio Contendo 400g	PCT	900
26	316060	<b>Biscoito</b> Apresentação: Redondo Sabor: Nata Características Adicionais: Sem Recheio Classificação: Doce Contendo 500g	PCT	480

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1126 Rubrica: \_\_\_\_\_

27	467575	<b>Verdura In Natura</b> Tipo: Brócolis Americano	MAÇO	336
28	606523	<b>Café</b> Apresentação: Torrado Moído Tipo: Único Torrefação: Ponto De Torra Média Embalagens de 500g	PCT	24
29	463872	<b>Condimento</b> Tipo: Canela Apresentação: Pó Embalagens de 50g	PCT	12
30	463873	<b>Condimento</b> Tipo: Canela Apresentação: Casca Embalagens de 20g	PCT	180
31	463690	<b>Canjica</b> Grupo: Especial, Nº 3 Subgrupo: Despeliculada Classe: Branca Qualidade: Tipo 1 Característica Adicional: Não Transgênico	PCT	40



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1127 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Embalagens de 500g		
32	464385	<b>Fruta</b> Tipo: Caqui Rama Forte Apresentação: Natural .	KG	720
33	476495	<b>Carne Bovina In Natura</b> Tipo Corte: Acém Apresentação: Cortada Em Cubos Estado De Conservação: Congelado(A) Peso líquido de 1kg	KG	216
34	447498	<b>Carne Bovina In Natura</b> Tipo Corte: Músculo Traseiro Apresentação: Moída Estado De Conservação: Congelado(A) Peso líquido de 1kg	KG	72
35	447734	<b>Carne Salgada</b> Tipo Corte: Ponta De Agulha - Charque Origem: Bovina Apresentação: Em Mantas Peso líquido de 1kg	KG	180

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1128 Rubrica: \_\_\_\_\_

36	447874	<b>Carne De Ave In Natura</b>  Tipo Animal: Frango Especial  Tipo Corte: Com Miúdos  Apresentação: Inteiro  Estado De Conservação: Congelado(A)  Processamento: Temperada  Peso líquido de 1kg	KG	720
37	463781	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Cebola Branca	KG	48
38	463770	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Cenoura	KG	48
39	465333	<b>Cereal Preparado</b>  Aspecto Físico: Flocos  Componentes: Arroz, Vitaminas, Minerais  Caixa de 200g	CX	24
40	463970	<b>Cereal Matinal/Lanches</b>  Tipo: Flocos Pré-Cozidos  Ingredientes Principais: Milho  Ingredientes Adicionais: Fortificado Com Vitaminas E Minerais	CX	720

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1129 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Característica Adicional: Com Açúcar  Caixa de 250g		
41	401735	<b>Chá Alimentação</b>  Tipo: Erva Doce  Apresentação: Sachê Com 15 Gramas  Caixa com 10 saquinhos	CX	20
42	463884	<b>Condimento</b>  Tipo: Cebolinha, Coentro E Salsa  Apresentação: Natural	MAÇO	480
43	463778	<b>Legume In Natura</b>  Tipo: Chuchu Verde	KG	6
44	463546	<b>Chocolate</b>  Tipo: Preto  Apresentação: Pó  Sabor: Tradicional  Embalagens com 1kg	PCT	180
45	463937	<b>Condimento</b>  Tipo: Colorau/Urucum  Apresentação: Pó  Embalagens contendo 100g	PCT	240
46	421669	<b>Coco Ralado</b>	PCT	480

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1130 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Ingredientes: Amêndoa De Coco  Apresentação: Triturado  Características Adicionais: Sem Açúcar  Embalagens contendo 100g		
47	463842	<b>Verdura In Natura</b>  Tipo: Couve  Apresentação: Orgânica	MAÇO	12
48	451063	<b>Carne De Ave In Natura</b>  Tipo Animal: Frango  Tipo Corte: Coxa E Sobrecoxa  Apresentação: Inteiro  Estado De Conservação: Congelado(A)  Processamento: Sem Pele, Sem Osso  Peso líquido de 1kg	KG	120
49	463892	<b>Condimento</b>  Tipo: Cravo Da Índia  Apresentação: Flor  Embalagens de 100g	PCT	240
50	446532	<b>Creme De Leite</b>	CX	100

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1131 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Teor Gordura: Até 20% De Gordura  Processamento: Uht  Embalagens com 200g		
51	462823	<b>Legume Em Conserva</b>  Tipo: Ervilha em conserva  Embalagens com 200 g	LATA	360
52	464570	<b>Leguminosa</b>  Tipo 1  Variedade: Ervilha Seca  Sacos plásticos lacrados com 500g	PCT	480
53	463824	<b>Verdura In Natura</b>  Tipo: Espinafre.	MAÇO	144
54	458920	<b>Farinha De Mandioca</b>  Grupo: Seca  Subgrupo: Branca Torrada  Classe: Fina  Aspecto Físico: Tipo 1  Acidez: Baixa Acidez  Embalagens com 1kg	KG	324
55	460264	<b>Farinha De Trigo</b>  Grupo: Doméstico  Tipo: Tipo 2, comum	KG	216

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1132 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico  Embalagens de 1kg		
56	235769	<b>Mingau Instantâneo</b>  Apresentação: Flocos Finos  Componentes: Farinha Milho, Açúcar, Amido, Sal, Minerais, Vita  Embalagens com 180g	PCT	180
57	464559	<b>Leguminosa</b>  Variedade: Feijão Branco  Tipo: Tipo 1  Embalagens com 500g	PCT	450
58	464552	<b>Leguminosa</b>  Variedade: Feijão Preto  Tipo: Tipo 1	KG	48
59	459586	<b>Fermento</b>  Tipo: Químico  Apresentação: Pó  Embalagens com 100g	PCT	36
60	447484	<b>Carne Bovina In Natura</b>  Tipo Corte: Fígado  Apresentação: Peça Inteira	KG	360

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1133 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Estado De Conservação: Congelado(A)		
61	447594	<b>Carne De Ave In Natura</b> Tipo Animal: Frango Tipo Corte: Peito Apresentação: Inteiro Estado De Conservação: Congelado(A) Processamento: Sem Pele, Sem Osso	KG	576
62	279329	<b>Fósforo</b> Material Corpo: Madeira Tipo: Curto Pacote com 10 cx	PCT	1.500
63	459013	<b>Farinha De Milho</b> Grão: Amarelo Tipo: Fubá Característica Adicional: Transgênico Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico Embalagens com 1kg	KG	360
64	462729	<b>Gelatina Alimentícia</b> Apresentação: Pó	PCT	240

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1134 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Sabor: Variado Origem: Animal Embalagens de 35g		
65	462718	<b>Gelatina Alimentícia</b> Apresentação: Pó Sabor: Morango Origem: Animal Característica Adicional: Isento De Açúcares E Adoçantes Embalagens de 12g	PCT	144
66	462698	<b>Geleia</b> Tipo: Frutas Sabor: Variado Característica Adicional: Orgânica Embalagens de 320g	COPO	768
67	465693	<b>Amido</b> Base: De Mandioca Grupo: Tapioca Subgrupo: Goma Características Adicionais: Massa Hidratada Para Tapioca, Sem Sabor	PCT	120



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1135 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Embalagens de 500g		
68	464392	<b>Fruta</b> Tipo: Goiaba Vermelha Apresentação: Natural	KG	252
69	464581	<b>Leguminosa Processada</b> Tipo: Grão De Bico Preparo: Cozida Apresentação: À Vácuo Embalagens de 500g	PCT	40
70	463901	<b>Condimento</b> Tipo: Hortelã Apresentação: Natural Adicional: Orgânico	MAÇO	24
71	463789	<b>Legume In Natura</b> Tipo: Inhame	KG	96
72	464396	<b>Fruta</b> Tipo: Laranja Seleta Apresentação: Natural	KG	240
73	445995	<b>Leite Fluido</b>	CX	150

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1136 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Origem: De Vaca Tipo: A Teor Gordura: Integral Processamento: Uht Peso líquido de 1kg		
74	464013	<b>Leite Condensado</b> Tipo: Integral Ingrediente Básico: Leite In Natura Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Peso líquido de 395g	LATA	2.400
75	239861	<b>Leite Soja</b> Aspecto Físico: Pó Composição: Sacarose, Vitaminas E Sais Minerais Sabor: Natural Uso: Oral Aplicação: Intolerância À Lactose, Doenças Celíacas E Diarreia Características Adicionais: Sem Lactose E Glúten Peso líquido de 300g	LATA	4.050
76	464574		LATA	120

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1137 Rubrica: \_\_\_\_\_

		<b>Leguminosa</b>  Variedade: Lentilha Verde  Peso líquido de 400g		
77	447702	<b>Embutido</b>  Tipo: Linguiça Calabresa  Tamanho: Grossa  Tipo Preparação: Defumada  Estado De Conservação: Resfriado(A)  Peso líquido de 1kg	KG	288
78	447705	<b>Embutido</b>  Tipo: Linguiça Toscana  Tamanho: Grossa  Tipo Preparação: Fresca  Estado De Conservação: Resfriado(A)  Peso líquido de 1kg	KG	180
79	463904	<b>Condimento</b>  Tipo: Louro  Apresentação: Folha  50g	MAÇO	30
80	458955	<b>Macarrão</b>	KG	30

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1138 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Teor De Umidade: Massa Seca  Base Da Massa: De Sêmola/Semolina  Ingredientes Adicionais: Com Ovos  Apresentação: Espaguete  Peso líquido de 1kg		
81	458965	<b>Macarrão</b>  Teor De Umidade: Massa Seca  Base Da Massa: De Sêmola/Semolina  Peso líquido de 1kg	KG	96
82	458980	<b>Macarrão</b>  Teor De Umidade: Massa Seca  Base Da Massa: De Farinha De Trigo  Ingredientes Adicionais: Com Ovos  Apresentação: Parafuso  Peso líquido de 1kg	KG	192
83	464400	<b>Fruta</b>  Tipo: Maçã Gala  Apresentação: Natural	KG	480

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1139 Rubrica: \_\_\_\_\_

84	459662	<b>Molho De Mesa</b> Tipo: Maionese Composição: Isento De Lipídeos Apresentação: Creme Peso líquido de 500g	POTE	320
85	464404	<b>Fruta</b> Tipo: Mamão Papaia / Mamão Amazônia Apresentação: Natural	KG	160
86	464406	<b>Fruta</b> Tipo: Manga Tommy Apresentação: Natural	KG	24
87	446384	<b>Manteiga</b> Tipo: Extra Composição: Com Sal Peso líquido de 500g	POTE	192
88	463699	<b>Gordura Vegetal</b> Tipo: Margarina Subtipo: Cremosa	POTE	240

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1140 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura  Sabor: Com Sal  Peso líquido de 500g		
89	465350	<b>Massa Alimentícia</b>  Tipo: Para Lasanha  Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada  Apresentação: Fresca/Resfriada  Formato: Laminada  Peso líquido de 500g	EMB.	720
90	467419	<b>Fruta</b>  Tipo: Melancia Vermelha  Apresentação: Natural  Adicional: Orgânica	KG	192
91	464422	<b>Fruta</b>  Tipo: Melão Amarelo  Apresentação: Natural  Adicional: Orgânica	KG	36
92	462122	<b>Milho De Pipoca</b>  Grupo: Duro  Classe: Amarela  Qualidade: Tipo 1	PCT	180

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1141 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Formato Estourado: Tipo Irregular/Butterfly Embalagens de 400g		
93	459670	<b>Massa De Tomate</b> Tipo: Extrato Concentrado Composição: Tradicional Apresentação: Creme Embalagens de 340g	SACHÊ	180
94	462824	<b>Legume Em Conserva</b> Tipo: Milho Verde Embalagens de 170g	LATA	24
95	464447	<b>Fruta</b> Tipo: Morango Apresentação: Natural Adicional: Orgânica	KG	24
96	447589	<b>Carne De Ave In Natura</b> Tipo Animal: Frango Tipo Corte: Moela Apresentação: Inteiro Estado De Conservação: Congelado(A)	KG	240
97	416665	<b>Óleo Vegetal</b>	EMB.	40

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1142 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Matéria Prima: Soja Tipo: Degomado Embalagens de 900g		
98	463916	<b>Condimento</b> Tipo: Orégano Apresentação: Desidratado Embalagens de 250g	PCT	265
99	446618	<b>Ovo</b> Origem: Galinha Grupo: Branco Classe: A Tipo: Grande A dúzia	DZ	198
100	460486	<b>Legume Em Conserva</b> Tipo: Palmito Apresentação: Inteiro Embalagens de 300g	COPO	144
101	460401	<b>Pão</b> Base: De Farinha De Trigo Refinada Tipo: De Forma Tipo Adicional: Tradicional Apresentação: Fatiado	PCT	384



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1143 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Tipo Embalagem: Embalagem Individual  Embalagens de 500g		
102	460403	<b>Pão</b>  Base: De Farinha De Trigo Integral  Tipo: De Forma  Apresentação: Fatiado  Tipo Embalagem: Embalagem Individual  Embalagens de 500g	PCT	40
103	460408	<b>Pão</b>  Base: De Farinha De Milho E De Trigo Refinada  Tipo: De Forma  Apresentação: Fatiado  Tipo Embalagem: Embalagem Individual  Embalagens de 500g	PCT	252
104	460380	<b>Pão</b>  Base: De Farinha De Trigo Refinada  Tipo: Tipo Francês/Branco/De Sal  Embalagens de 500g	KG	252

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1144 Rubrica: \_\_\_\_\_

105	460392	<b>Pão</b>  Base: De Farinha De Trigo Refinada  Tipo: Semi-Doce  Tipo Adicional: Bisnaguinha  Embalagens de 500g	PCT	252
106	448963	<b>Peixe In Natura</b>  Variedade: Panga  Tipo Corte: Filé  Apresentação: Sem Pele  Estado De Conservação: Congelado(A)  Peso líquido de 1kg	KG	630
107	464425	<b>Fruta</b>  Tipo: Pera Williams  Apresentação: Natural	KG	252
108	451064	<b>Carne Suína In Natura</b>  Tipo Corte: Pernil  Apresentação: Cortada Em Cubos  Processamento: Sem Pele  Estado De Conservação: Congelado(A)	KG	120

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1145 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Peso líquido de 1kg		
109	464333	<b>Fruta</b> Tipo: Pêssego Apresentação: Natural	KG	15
110	463812	<b>Legume In Natura</b> Tipo: Pimentão Verde Apresentação: Orgânico	KG	40
111	447772	<b>Frios</b> Variedade: Presunto De Pernil Tipo Preparação: Defumado Apresentação: Fatiado Estado De Conservação: Resfriado(A) Peso líquido de 1kg	KG	240
112	446660	<b>Queijo</b> Origem: De Vaca Variedade: Minas Tipo: Fresco Apresentação: Peça	KG	36
113	446636	<b>Queijo</b>	KG	200

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1146 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Origem: De Vaca Variedade: Muçarela Apresentação: Fatiado		
114	609440	<b>Legume In Natura</b> Tipo: Quiabo Apresentação: Orgânico	KG	36
115	467414	<b>Verdura In Natura</b> Tipo: Repolho Branco / Verde Apresentação: Orgânica	KG	60
116	405351	<b>Requeijão</b> Ingredientes: Creme De Leite Tipo: Integral Conservação: 1 A 10 °C Características Adicionais: Cremoso Embalagens de 400g	COPO	192
117	463826	<b>Verdura In Natura</b> Tipo: Rúcula	MAÇO	480
118	459084	<b>Amido</b>	PCT	83

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1147 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Base: De Mandioca Grupo: Tapioca Subgrupo: Sagu Artificial Aspecto Físico: Tipo 1 Embalagens de 500g		
119	461092	<b>Sal</b> Tipo: Refinado Aplicação: Alimentícia Teor Máximo Sódio: 390 MG/G Aditivos: Iodato De Potássio E Antiumectante Ferrocianeto De Peso líquido de 1kg	KG	24
120	449001	<b>Peixe Em Conserva</b> Variedade: Sardinha Apresentação: Filé Meio De Cobertura: Com Salmoura Com Óleo Comestível Peso líquido de 125g	LT	60
121	442813	<b>Suco</b> Apresentação: Líquido Sabor: Caju Tipo: Integral	GF	86

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1148 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Características Adicionais: Concentrado E Sem Adição De Açúcar  Validade: 5 MESES  Peso líquido de 1kg		
122	464759	<b>Suco</b>  Apresentação: Líquido  Sabor: Goiaba  Tipo: Natural  Características Adicionais: Concentrado, Rendimento Mínimo, 1 Parte De Suco-  Peso líquido de 1kg	GF	240
123	462383	<b>Suco</b>  Apresentação: Líquido  Sabor: Manga  Tipo: Natural  Características Adicionais: Sem Corante E Acidulante, Com Açúcar  Peso líquido de 1kg	GF	240
124	464751	<b>Suco</b>  Apresentação: Líquido  Sabor: Maracujá  Tipo: Natural	GF	240

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1149 Rubrica: \_\_\_\_\_

		Características Adicionais: Concentrado, Rendimento Mínimo, 1 Parte De Suco-  Peso líquido de 1kg		
125	464755	<b>Suco</b>  Apresentação: Líquido  Sabor: Uva  Tipo: Natural  Características Adicionais: Concentrado, Rendimento Mínimo, 1 Parte De Suco-  Peso líquido de 1kg	GF	240
126	439865	<b>Suplemento Nutricional</b>  Componentes: Proteína Isolada Soro Leite E Aminoácidos  Componentes Adicionais: C/ Ou S/ Sabor  Outros Componentes: Isento Glúten  Apresentação: Pó Para Uso Oral  Peso líquido de 1kg	PCT	240
127	481037	<b>Fruta</b>  Tipo: Tangerina Poncan  Apresentação: Natural  Adicional: Orgânica	KG	24

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1150 Rubrica: \_\_\_\_\_

128	464883	<b>Fruta</b> Tipo 1: Uva Passa Apresentação: Desidratada / Seca Adicional: Preta	KG	12
129	464365	<b>Fruta</b> Tipo: Uva Thompson Apresentação: Natural	KG	80
130	481122	<b>Legume In Natura*</b> Tipo: Vagem Características Adicionais: 1ª Qualidade/Sem Fungos/Consistência Firme.	KG	20
131	217096	<b>Vinagre</b> Matéria-Prima: Álcool Cana De Açúcar Tipo: Neutro Acidez: 4,20 PER Aspecto Físico: Líquido Aspecto Visual: Límpido E Sem Depósitos Embalagens de 750ml	GF	84



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1151 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 1.2. Os bens do objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.724, de 10 de janeiro de 2024.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da celebração do instrumento contratual.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. O fornecimento dos bens desta contratação dar-se-ão de forma contínua.
- 1.8. Os itens adquiridos serão guardados e armazenados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em condições adequadas de modo que não permitam a deterioração do material.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A futura contratação em tela está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) deste ente Municipal, seguindo, dessa forma, alinhado com os instrumentos de planejamento da Administração Municipal, conforme preleciona o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e procedimentos. Dessa forma, a referida Secretaria mantém o cumprimento das contratações de bens e serviços conforme demanda, como forma de garantir o perfeito funcionamento do Órgão, com segurança operacional, boas condições para o exercício da Administração e com totais garantias para o atendimento de suas atividades afins.
- 2.3. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pretende realizar a contratação para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender o Abrigo Raio de Sol.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1152 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 2.4. Urge destacar que, o Abrigo Raio de Sol é uma casa de acolhimento que funciona em regime residencial e acolhe crianças e adolescentes, de ambos os sexos. O atendimento é realizado de forma integral, visando disponibilizar itens básicos para a assistência as crianças e adolescentes independentes e/ou com diversos graus de dependências e com fragilidade ou perda de vínculos de afetividade, que não dispõe de condições para permanecer com suas famílias.
- 2.5. A instituição de acolhimento Abrigo Raio de Sol está situada à Avenida dos Cajueiros, quadra 253, s/nº Vilatur, Saquarema – RJ. A unidade de acolhimento Abrigo Raio de Sol tem por objetivo acolher em regime especial, temporário e de urgência crianças de 0 a 17 anos incompletos que se encontram em situação de violações de direitos e busca também, preservar os vínculos familiares, inserir em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, realizar atendimento personalizado em pequenos grupos, garantir a participação em atividades que visem a socialização na vida da comunidade local, dentre outros.
- 2.6. Sendo assim, se faz necessário aquisição de gêneros alimentícios para atender a necessidade do Abrigo Raio de Sol.
- 2.7. O abrigo atende em média 30 (trinta) residentes por dia, que realizam 06 (seis) refeições diárias.
- 2.8. Conta também com o quadro de funcionários de 22 (vinte e dois) cuidadores, 02 (dois) cozinheiro, 01 (um) professora, 04 (quatro) motorista, 01 (um) nutricionista, 01 (um) coordenador, 01 (um) administrativo e 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo, 02 (dois) Auxiliares Gerais e 02 (dois) estagiários.
- 2.9. Esses funcionários realizam plantão de 24 horas realizando assim refeições dentro da instituição.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A aquisição de gêneros alimentícios para o Abrigo Raio de Sol é essencial para garantir a continuidade dos serviços de acolhimento e assistência prestados aos usuários da unidade:
- 3.1.1. Atendimento às Necessidades Nutricionais dos Acolhidos: A aquisição visa garantir refeições balanceadas e adequadas aos padrões nutricionais exigidos para crianças, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade. A medida cumpre a função

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1153 Rubrica: \_\_\_\_\_

social da administração pública e está em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e da proteção social especial de média e alta complexidade prevista no SUAS.

3.1.2. Manutenção das Atividades Institucionais: O fornecimento contínuo de gêneros alimentícios é indispensável ao funcionamento regular do abrigo, assegurando o cumprimento de sua finalidade assistencial, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no art. 11 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993).

3.1.3. Planejamento, Economicidade e Eficiência na Gestão de Recursos Públicos: A adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, permite aquisições futuras conforme a real demanda, evitando desperdícios, assegurando a economicidade e racionalizando o uso dos recursos públicos.

3.1.4. Garantia de Qualidade e Segurança Alimentar: Os produtos deverão atender aos padrões estabelecidos pela Anvisa e pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme os requisitos da Resolução RDC nº 275/2002 e demais normas sanitárias. Serão exigidos prazos mínimos de validade, integridade das embalagens, rastreabilidade e condições adequadas de armazenamento e transporte.

3.1.5. Ciclo de Vida do Objeto: Desde a fase de planejamento (identificação da necessidade e definição de especificações), passando pela seleção e contratação dos fornecedores, recebimento e estocagem dos alimentos, até seu preparo e consumo final, todas as etapas seguirão os princípios da legalidade, eficiência e sustentabilidade (art. 5º, da Lei nº 14.133/2021). O ciclo de vida será monitorado com foco na durabilidade, qualidade, impacto ambiental e responsabilidade social.

3.1.6. Especificação do Produto: Os gêneros alimentícios deverão estar adequados às especificações constantes no Termo de Referência, com prazos mínimos de validade de 6 (seis) meses no ato da entrega, em embalagens originais, lacradas, com rotulagem adequada, e, sempre que possível, provenientes de produtores locais ou da agricultura familiar, conforme incentivos previstos no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 11.947/2009.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Subcontratação**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1154 Rubrica: \_\_\_\_\_

## **Sustentabilidade**

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3. Produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível, produzidos sem utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais, além de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

## **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Requisitos Técnicos da Contratação**

4.5. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens apropriadas, com rótulos com informações claras, e atender às especificações do Termo de Referência;

4.6. Os materiais devem ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto;

4.7. Os materiais devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, ou proteção das partes cortantes, com o menor volume possível, devendo utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.8. A contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor.

4.9. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1155 Rubrica: \_\_\_\_\_

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de entrega

5.1. A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, no prazo de até 3 (três) dias, contados do(a) ordem de início de entrega.

5.1.1. Em se tratando de entrega de gêneros/produtos alimentícios perecíveis, o licitante terá o prazo de 24 (vinte e quatro horas) para realizar a entrega após a solicitação. Na hipótese de gêneros/produtos não perecíveis, prevalecerá o prazo estabelecido no item acima.

5.2. Os bens deverão ser entregues de segunda a sexta-feira no seguinte endereço: Avenida Saquarema, nº 4299, Porto da Roça, Saquarema/RJ – Centro Administrativo Ezio Ferreira Costa, no horário de 9h às 16h.

5.2.1. A entrega dos gêneros/produtos alimentícios não perecíveis ocorrerá semanalmente (uma vez por semana), de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 16h, no endereço estabelecido no **item 5.2** deste Termo de Referência. Considera-se como **não perecíveis** os seguintes alimentos: arroz, feijão, lentilha, farinha de trigo e de mandioca, fubá, sal, açúcar, café, biscoitos, macarrão seco, leite em pó e condensado, leite UHT, azeite, óleos vegetais, conservas (como milho verde, ervilha, palmito), condimentos secos (como orégano, canela, louro), achocolatados, amido de milho, tapioca, cereais matinais, chocolate em pó, gelatina em pó, vinagre, e suplementos nutricionais em pó.

5.2.2. A entrega dos gêneros/produtos alimentícios perecíveis poderá ocorrer em até 3 (três) vezes por semana, de segunda a sexta-feira, no horário estabelecido no **subitem 5.2.1** e no local definido no **item 5.2** deste Termo de Referência. Considera-se como **perecíveis** os seguintes alimentos: as frutas e verduras in natura (como abacaxi, banana, maçã, alface, couve, rúcula, etc.), legumes in natura (como abóbora, batata, cenoura, vagem, etc.), carnes (bovina, suína, de frango, de peixe – frescas, congeladas ou resfriadas), ovos, queijos, requeijão, presunto, manteiga, margarina, pães frescos e processados, sucos naturais e integrais, e embutidos como linguiças.

5.2.3. No caso de gêneros/produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 72 (setenta e duas) horas.



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1156 Rubrica: \_\_\_\_\_

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.5. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

#### **6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1157 Rubrica: \_\_\_\_\_

### Fiscalização Técnica

6.7. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 21)

6.7.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências; (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, I)

6.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, II);

6.7.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, III);

6.7.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IV);

6.7.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, V);

6.7.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VI);

6.7.7. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual; (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VII);

6.7.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1158 Rubrica: \_\_\_\_\_

no inciso VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024. (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VIII**);

6.7.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024. (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IX**);

6.7.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, X**);

#### **Fiscalização Administrativa**

6.7.11. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024,, art. 21):

6.7.12. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, I**);

6.7.13. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, II**);

6.7.14. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, III**);

6.7.15. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (**Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, IV**);

6.7.16. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme disposto no início



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1159 Rubrica: \_\_\_\_\_

VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, V);

6.7.17. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI);

6.7.18. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI).

### **Fiscalização Setorial**

6.8. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 21 e o art. 22 do Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024 (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 23).

### **Gestor do Contrato**

6.9. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 20):

6.9.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.9.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.9.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.9.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1160 Rubrica: \_\_\_\_\_

6.9.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.9.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.9.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

6.9.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

6.9.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 24 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.9.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1161 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 7.3. O recebimento definitivo será realizado no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a devida verificação da qualidade e quantidade do material, com a consequente aceitação. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante atesto na Nota Fiscal, que formalizará a aceitação, dispensando-se, para tanto, a elaboração de termo detalhado de recebimento definitivo.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1162 Rubrica: \_\_\_\_\_

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1163 Rubrica: \_\_\_\_\_

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. Na hipótese de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1164 Rubrica: \_\_\_\_\_

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização do **Sistema de Registro de Preço**, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.
- 8.2. O SRP é uma ferramenta auxiliar da Administração Pública que permite maior planejamento e organização na aquisição de bens e serviços, sendo inspirado no conceito privado de logística “just in time”. Esse sistema evita estoques ociosos, reduz custos com armazenagem e perdas por perecimento, e afasta problemas de planejamento, permitindo contratações apenas no momento exato da necessidade, o que racionaliza a logística pública.
- 8.3. O uso do SRP dispensa a exigência de dotação orçamentária prévia, pois os recursos só são empenhados no momento da contratação. Ele reduz o número de licitações, evita o fracionamento ilegal de despesas, possibilita economia de escala e promove a aplicação eficiente dos recursos públicos, com orçamento e custos previamente conhecidos.

### **Forma de fornecimento**

- 8.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

### **Possíveis impactos ambientais**

- 8.5. De acordo com o Art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitação destina-se a garantir, além de outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável, harmonizando-se com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- 8.6. A logística reversa deve ser de responsabilidade da Contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive os restos de embalagens dos produtos utilizados.
- 8.7. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto Federal nº 7.404/2010, Decreto Estadual nº 15.543/2020 e os preceitos de preservação ambiental.
- 8.8. A Contratada deverá fornecer, no ato da assinatura do contrato, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental,

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1165 Rubrica: \_\_\_\_\_

comprovando a correta destinação dos os restos de embalagens dos produtos utilizados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada.

- 8.9. Será recomendado a empresa CONTRATADA, conforme previsão neste instrumento, para adotar práticas de sustentabilidade na Aquisição, mediante orientações do art. 6º da IN nº 01/2010 (Compras Sustentáveis).

### **Exigências de habilitação**

- 8.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar, ainda, os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

- 8.11. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.12. **Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- 8.13. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.14. **Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 8.15. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 8.16. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 8.17. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.18. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1166 Rubrica: \_\_\_\_\_

**Regularização fiscal e trabalhista:**

- 8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.21. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.
- 8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.25. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.26. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Qualificação Econômico – Financeira**



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1167 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 8.27. **Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.
- 8.28. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- 8.29. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- 8.30. A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.
- 8.31. **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 8.32. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):**
- Publicados em Diário Oficial; ou
  - Publicados em jornal de grande circulação; ou
  - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
  - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1168 Rubrica: \_\_\_\_\_

**II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**III. Sociedade criada no exercício em curso:**

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:**

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18

8.33. Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

8.33.1. Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

8.33.2. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

8.33.3. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1169 Rubrica: \_\_\_\_\_

8.33.4. Fórmulas

8.33.5.  $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

8.33.6. ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

8.33.7. AC = Ativo Circulante

8.33.8. RLP = Realizável à Longo Prazo

8.33.9. PC = Passivo Circulante

8.33.10. ELP = Exigível à Longo Prazo

8.33.11.  $ISG = AT / (PC + ELP)$

8.33.12. ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

8.33.13. AT = Ativo Total

8.33.14. PC = Passivo Circulante

8.33.15. ELP = Exigível à Longo Prazo

8.33.16.  $ILC = AC / PC$

8.33.17. ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

8.33.18. AC = Ativo Circulante

8.33.19. PC = Passivo Circulante

8.34. Caso a licitante não apresente os índices na forma do item 7.29, deverá apresentar **Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1170 Rubrica: \_\_\_\_\_

Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

### **Qualificação Técnica**

- 8.35. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e no edital de licitação, conforme preleciona o art. 35 e seguintes do Decreto Municipal nº 2.740 de 06 de fevereiro de 2024 (Decreto Municipal nº 2.740 de 06 de fevereiro de 2024):
- 8.36. §1º A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- 8.37. §2º A documentação de habilitação de que trata o caput poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, ressalvado inciso XXXIII do caput do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.
- 8.38. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de serviço igual ou similar ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e prazos com as especificações constantes do Termo de Referência;
- 8.39. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.39.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.39.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1171 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 8.40. Apresentação de licenciamento sanitário Estadual ou Municipal (Alvará Sanitário), de acordo com o Decreto Lei nº 986/1969, que institui normas básicas sobre alimentos que devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente Estadual ou Municipal, e nos termos do art. 10, inciso IV, da Lei nº 6.437/1977;
- 8.41. Os produtos/gêneros alimentícios não perecíveis deverão ser entregues, com data de validade mínima de 06 (seis) meses, contados do ato de entrega;
- 8.42. Os produtos/gêneros alimentícios perecíveis deverão ser entregues com prazo de validade mínima de 72 (setenta e duas) horas, contados do ato da entrega;
- 8.43. Acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto;

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. Em estrito cumprimento ao disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 2.741, de 06 de fevereiro de 2024, a estimativa do valor da contratação será realizada, oportunamente, pelo Departamento de Compras, órgão competente para tanto, conforme previsão legal no dispositivo supramencionado.
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 9.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargo legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1172 Rubrica: \_\_\_\_\_

9.5. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 10.1. Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Termo de Referência;
- 10.2. Realizar a fiscalização do objeto contratado;
- 10.3. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.4. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no(s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;
- 10.5. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento
- 10.6. Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. Fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- 11.2. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços;
- 11.3. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- 11.4. Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1173 Rubrica: \_\_\_\_\_

11.6. Responsabilizar-se, na forma do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

11.6.1. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, com a inclusão do Município de Saquarema ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.2. No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.7. As retenções previstas nas alíneas “11.6.1” e “11.6.2” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Saquarema ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Saquarema ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

11.8. Eventuais retenções previstas nas alíneas “11.6.1” e “11.6.2” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

11.9. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços durante todo prazo de execução contratual;

11.10. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1174 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 11.11. Observar os dispostos nos Decretos Municipais nº 2.721/2024, 2.722/2024, 2.723/2024, 2.724/2024 e 2.740/2024;
- 11.12. Cumprir ao longo de toda a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 11.13. Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 11.14. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições do(s) bem(s) entregue(s), atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- 11.15. Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas na Lei nº 14.133/2021:
- 12.2. Advertência;
- 12.3. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- 12.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- 12.5. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 12.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



Processo nº 19.847/2024

Folha: 1175 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 12.7. A aplicação das sanções previstas nos subitens 12.2 e 12.3 observará os seguintes parâmetros:
- 12.8. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 12.9. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 12.10. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 12.11. 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;
- 12.12. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 12.13. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais;
- 12.14. As sanções previstas no item 12.1 do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas de forma concomitantes e, não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato;
- 12.15. As multas previstas neste tópico não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;
- 12.16. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido;

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1176 Rubrica: \_\_\_\_\_

- 12.17. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento;
- 12.18. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.20. A recusa das licitantes em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 12.1.

### **13. FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

- 13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços ou instrumento que fizer as vezes dele deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

### **14. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

- 14.1. É facultativo ao CONTRATANTE suspender a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços e a contagem dos prazos mediante justificativas.

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1177 Rubrica: \_\_\_\_\_

## **15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

15.1. O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.1.1. A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

15.1.2. Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar;

15.1.3. Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato;

15.1.4. A multa referida no subitem anterior não tem caráter compensatório, podendo, ainda ser compensada com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

15.2. Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia (se houver);
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

15.3. Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no subitem 14.1.4.

15.4. No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia (se houver).

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1178 Rubrica: \_\_\_\_\_

## 16. DO REAJUSTE

- 16.1. Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 14.133/2004.
- 16.2. Os preços serão reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
- 16.3. O prazo para resposta do pedido de reajustamento será de 45 (quarenta e cinco) dias
- 16.4. Caso o índice previsto neste Termo de Referência seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

## 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
- 17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Referente a Lei Orçamentária Anual de 2025				
Órgão	Unid. Orçamentária	Dotação Orçamentária	Programa de Trabalho:	Fonte de Recursos
ABRIGO RAIOS DE SOL - FMCA				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.020 – Fundo Municipal de Assistência Social	3.3.90.30.02 Utensílios Domésticos	08.243.0017.2.179; Operacionalização do Abrigo Raios de Sol	170401 Royalties Lei 9478/97

## 18. MEMÓRIA DE CÁLCULO

- 18.1. Segue em anexo a planilha de quantitativo, com estimativa anual, conforme demanda apontada por cada setor.

Saquarema, 11 de julho de 2025

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1179 Rubrica: \_\_\_\_\_

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> <b>Flora Soares Vianna</b> Matrícula: 954519-5 Setor Orçamentário	<hr/> <b>Vitor de Mello Rollim</b> Matrícula: 10080-1 Setor Orçamentário
AUTORIDADE MÁXIMA	
<hr/> <b>Joice Mattos Terra Bravo</b> Matrícula: 954527-8 <b>Secretária Municipal de Desenvolvimento Social</b>	

## ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Processo nº 19.847/2024

Folha: 1180 Rubrica: \_\_\_\_\_

## MEMÓRIA DE CÁLCULO (EM ANEXO)